



**PARECER PRÉVIO Nº 37/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 10140/2013.**

**Apensos:** Processos nº 12209/2014, 13831/2021, 10564/2013 e 10086/2013.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Nhamundá.

**4- Exercício:** 2012.

**5- Responsável:** Mário José Chagas Paulain (Prefeito Municipal).

**6- Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975 e Livia Rocha Brito – OAB/AM 6474.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 975/2023-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Nhamundá. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “A” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das Contas do município de Nhamundá, exercício 2012, de responsabilidade do Sr. **Mário José Chagas Paulain**, ex-prefeito, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “B”, da Lei nº 2.423/96, dada a permanência da impropriedade 7.6: *Ausência na Prestação de Contas das Declarações de Bens do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e dos servidores ocupantes de cargos comissionados, em conformidade com o disposto no art. 13, da Lei nº 8.429/92 e disposições da Lei nº 8.730/93 c/c o art. 289, da Resolução TCE nº 04/2002;*



**PARECER PRÉVIO Nº 37/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 11- **Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
12- **Data da Sessão:** 3 de Abril de 2023.  
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-  
não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos  
Santos, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).  
13.1. **Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.  
14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga  
Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro-Convocado

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral



**ACÓRDÃO Nº 37/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 37/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

**1- Processo TCE - AM nº 10140/2013.**

**Apensos:** Processos nºs 12209/2014, 13831/2021, 10564/2013 e 10086/2013.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Nhamundá.

**4- Exercício:** 2012.

**5- Responsável:** Mário José Chagas Paulain (Ordenador de Despesa).

**6- Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975 e Lívia Rocha Brito – OAB/AM 6474.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 975/2023-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Nhamundá. Exercício de 2013.

Determinação. Ciência. Arquivamento.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Determinar** que o município de Nhamundá: I) cumpra a rigor os prazos do art. 4º da Resolução TCE nº 10/2012 c/c o parágrafo 1º, art. 15, da Lei Complementar nº 06 de 22/01/91, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000; II) implante controle interno, de acordo com o art. 74, da Constituição da República; III) atualize o sistema ACP referente aos atos administrativos que autorizaram os créditos suplementares e aprovação da LDO e LOA; e, IV) cumpra os prazos referentes ao art. 52 e ao art. 54, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

**10.2. Determinar** que este Tribunal de Contas do Estado do Amazonas instaure Tomado de Contas Especial, de acordo o art. 9º, art. 11, parágrafo único e art. 35 da Lei nº 2423/96 – Lei Orgânica c/c o art. 195, caput e do art. 196, §3º, da Resolução nº 04/2002, em relação à: impropriedade 6: ausência da documentação exigida na Resolução nº 04/98-TCE: a) ato de



**ACÓRDÃO Nº 37/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 37/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

nomeação do Conselho do FUNDEB; b) ato de criação do Conselho Municipal-Lei Municipal; c) Parecer do Conselho Municipal do FUNDEB e d) atas de reunião do Conselho Municipal do FUNDEB; destaca-se que esta se reveste de ato de gestão e, como tal, será apreciada nos autos da Tomada de Contas Especial, de acordo o art. 9º, art. 11, parágrafo único e art. 35 da Lei nº 2423/96 – Lei Orgânica c/c o art. 195, caput e do art. 196, §3º, da Resolução nº 04/2002;

*Impropriedade 7.2: Ausência de comprovantes de Contas do Município ficou disponível ao Poder Legislativo Municipal, conforme disposto no art. 49, da Lei Complementar nº 101/2000 e sua escrituração obedeceram ao disposto no art. 50, da mesma Lei, c/c o art. 31, parágrafo 3º da CF/88 e art. 126, parágrafo ° da CE/89;*

*Impropriedade 7.3: Ausência de comprovação que foi realizada audiência de demonstração e avaliação do cumprimento de metas fiscais no exercício financeiro, conforme exigência contida no parágrafo 4º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000;*

*Impropriedade 7.4: Ausência de documentos comprobatórios que Contas Anuais foram apresentadas ao Poder Executivo do Estado, até a data de 30 de abril, conforme determina o disposto no art. 51, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 101/2000;*

*Impropriedade 7.5: Justificar o encaminhamento com atraso a União dos documentos comprobatórios das Contas Anuais em tela, conforme determina o disposto no art. 51, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 101/2000; e;*

Relatório Conclusivo nº 164/2015-DICOP (fls. 2373/2391);

- 10.3. Determinar** o envio dos autos ao Ministério Público Estadual, a fim de apurar os atos dolosos tipificados na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8429/1992) e adotar as medidas cabíveis;
- 10.4. Dar ciência** ao Sr. Fábio Nunes Bandeira de Melo, advogado inscrito na OAB/AM sob o nº 4331, representando o Sr. Mário José Chagas Paulain, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;
- 10.5. Arquivar** o presente processo, depois de cumpridos os prazos regimentais.



**ACÓRDÃO Nº 37/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 37/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 11- **Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
12- **Data da Sessão:** 3 de abril de 2023.  
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente - não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).  
13.1. **Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.  
14- **Representante do Ministério Público:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral